



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 042

29 de abril de 2020

Noite

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
STF	<p>Notícia - Ministro Toffoli mantém decisão que garantiu circulação de transporte público coletivo em município mineiro, disponibilizada em 29.04.2020</p>	<p>O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afastou pedido do município de Salinas, em Minas Gerais, que queria restabelecer os efeitos de decreto que restringiu a circulação dos veículos de transporte público coletivo no território municipal. O ente federativo acionou a Suprema Corte, por meio da Suspensão de Liminar (SL) 1320, após o Tribunal de Justiça do estado (TJ-MG) conceder salvo conduto coletivo em favor das pessoas usuárias do serviço de transporte coletivo público de Salinas, garantindo o direito de embarque e desembarque nas mesmas estações e pontos de praxe, especialmente no terminal rodoviário e naqueles dentro dos limites territoriais do município, bem como o direito de aquisição de passagens nos pontos de venda já existentes.</p>
	<p>Notícia - STF afasta trechos da MP que flexibiliza regras trabalhistas durante pandemia da Covid-19, disponibilizada em 29.04.2020</p>	<p>O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada por videoconferência nesta quarta-feira (29), referendou, em parte, a decisão liminar do ministro Marco Aurélio em sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas contra a Medida Provisória (MP) 927/2020, que autoriza empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. De acordo com a decisão, fica suspensa a eficácia dois dispositivos da MP: o artigo 29, que não considera doença ocupacional os casos de contaminação de trabalhadores pelo coronavírus, e o artigo 31, que limitava a atuação de auditores fiscais do trabalho à atividade de orientação.</p>
	<p>Notícia - Toffoli solicita aos tribunais do país que enviem recursos representativos de controvérsia para análise da Corte, disponibilizada em 29.04.2020</p>	<p>O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) solicitou a todos os tribunais e turmas recursais do país que enviem recursos representativos de controvérsia – nos quais a questão jurídica é idêntica e se repetem de forma razoável – a fim de que sejam examinados sob o rito da repercussão geral pela Corte. O motivo, segundo o ofício encaminhado, seria o acúmulo de processos no acervo dos órgãos devido à suspensão temporária dos prazos processuais como medida de enfretamento à pandemia de Covid-19.</p>
STJ	<p>Notícias - Suspensa liminar que determinou retomada de percursos e horários no transporte coletivo de Araruama (RJ), disponibilizada em 29.04.2020.</p>	<p>O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, atendeu ao pedido da Viação Montes Brancos, concessionária de serviço público de transporte coletivo de passageiros, para suspender liminar que determinou a retomada da integralidade dos percursos e horários previstos no contrato assinado com o município de Araruama (RJ).</p> <p>Em sua decisão, o ministro levou em conta a queda no movimento do transporte coletivo em todo o país, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, e seu</p>

		reflexo na receita das empresas. Para ele, "proibir a readequação da logística referente à prestação do referido serviço público implicará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, passivo que poderá eventualmente ser cobrado do próprio erário municipal". A liminar foi deferida após uma ação popular questionar a regularidade da licitação no transporte do município, a qual foi julgada parcialmente procedente para declarar a nulidade do processo licitatório e do respectivo contrato de concessão.
	Notícia - Ministro do STJ coordena elaboração de medidas emergenciais para prevenção de violência doméstica , disponibilizada em 29.04.2020	O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogerio Schietti Cruz foi indicado coordenador do grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaborar sugestões de medidas emergenciais de prevenção à violência doméstica e familiar durante o isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O grupo foi criado pela Portaria 70/2020 após a confirmação do aumento do registro de casos de violência contra a mulher durante o isolamento social em várias regiões do Brasil e tendo em vista a necessidade de priorizar o atendimento às vítimas.
	RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10 DE 28 DE ABRIL DE 2020, publicada no DJe em 29.04.2020	Atualiza medidas estabelecidas na Resolução STJ/GP n. 4/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), e na Resolução STJ/GP n. 5/2020, que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Superior Tribunal de Justiça como medida de emergência para prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).
INSS	Notícias - Atendimento remoto das agências do INSS será prorrogado até 22 de maio , publicada em 29.04.2020.	Portaria trata ainda de plano de ação para o retorno gradual do atendimento presencial.
	Notícias - INSS normatiza prorrogação automática do auxílio-doença , publicada em 29.04.2020.	Portaria também contempla benefícios concedidos judicialmente.

MPT	Notícias - Coronavírus: MPF, MPT e MPDFT pedem a suspensão imediata das atividades não-essenciais no DF , publicada em 29.04.2020.	Para MPs, medidas de afrouxamento podem resultar na perda dos ganhos obtidos pelo distanciamento implementado desde março.
MPT/RJ	Notícias - O MPT-RJ prorroga a suspensão dos prazos dos inquéritos e o cancelamento das audiências administrativas presenciais até 31 de maio de 2020 , publicada em 29.04.2020.	O MPT-RJ prorroga a suspensão dos prazos dos inquéritos e o cancelamento das audiências administrativas presenciais até 31 de maio de 2020 A medida foi adotada tendo em vista a pandemia de coronavírus (COVID-19), seguindo as diretrizes do Ato orientativo conjunto PGT n°. 02/2020
MPRJ	Notícias - MPRJ instaura procedimento para fiscalizar ações da Prefeitura do Rio com relação à atenção primária de Saúde, em meio à pandemia do coronavírus , publicada em 29.04.2020.	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Saúde da Capital e da Força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Covid-19/MPRJ (FTCOVID/MPRJ), instaurou procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar as medidas adotadas pelos gestores da Saúde do Município do Rio, no âmbito da rede de atenção primária, em meio aos esforços de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).
	Notícias - MPRJ obtém decisão para que Estado e município do Rio impeçam a realização de carreatas e passeatas que exponham população ao risco de contágio do coronavírus , publicada em 29.04.2020.	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Covid-19/MPRJ e da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital, obteve, nesta terça-feira (28/04), decisão favorável ao agravo de instrumento interposto contra decisão, proferida em plantão judiciário, nos autos da ação civil pública movida em face do Estado e do município do Rio de Janeiro, bem como de organizadores de atos públicos em defesa da retomada das atividades econômicas e sociais, em meio à pandemia do novo coronavírus e em flagrante desrespeito a todas as medidas de restrição, voltadas para barrar o contágio e a expansão da Covid-19.
OAB	Notícia - Preocupada com falta de estrutura para audiências por videoconferência, OABRJ oficia ao TJ e ao TRT-1 para pedir flexibilização dos prazos , disponibilizada 29.04.2020	A OABRJ, por meio da Comissão de Prerrogativas, oficiou ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nesta terça-feira, dia 28, para sinalizar problemas operacionais que podem afetar a advocacia quando os prazos processuais dos tribunais forem retomados e pedir a flexibilização desta retomada. O esforço é para preservar as partes e advogados que não tenham acesso ao meio eletrônico durante este período de pandemia de Covid-19. No documento enviado à corte trabalhista, a Seccional pede, também,

		que a advocacia tenha escolha efetiva na participação de audiências por videoconferência neste período.
	Notícia - OABRJ requer ao TRT-1 que advocacia tenha palavra final na opção por videoconferências na retomada dos prazos , disponibilizada 29.04.2020	Em ofício enviado ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), na terça-feira, dia 28, a OABRJ pleiteou a flexibilização da retomada dos prazos nos processos eletrônicos (no dia 4 de maio) e nos físicos (no dia 15), conforme a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e pediu que a advocacia tenha, de fato, agência sobre a realização de audiências por videoconferência. E que o modelo não seja adotado nos casos de audiências unas e de instrução para a coleta de provas e depoimentos.
	Notícia - OAB solicita que seja verificada a viabilidade dos parlatórios virtuais nos presídios federais , disponibilizada 29.04.2020	A OAB Nacional solicitou à diretoria do Sistema Penitenciário Federal, nesta terça-feira (28), a verificação da viabilidade de implementação dos parlatórios virtuais nos presídios subordinados diretamente à União. A Ordem também ressaltou a urgência da criação de cronograma de estudos e eleição da unidade prisional que receberá o projeto federal embrionário do Parlatório Virtual.
IBDFAM	Notícia - População LGBTI enfrenta dupla vulnerabilidade diante da pandemia do coronavírus , disponibilizada 29.04.2020	Populações vulneráveis têm sido acometidas com maior intensidade pelas consequências da pandemia do coronavírus. Entre elas, as pessoas LGBTI enfrentam dupla discriminação, sem políticas públicas que deem conta de suas necessidades habituais, tampouco das implicações decorrentes do atual estado de alerta. “A população LGBTI está exposta à Covid-19 assim como todos, mas, em sua maior parte, vive em situação de vulnerabilidade extrema em questões sociais, sem acesso à saúde e, portanto, sem qualquer proteção neste momento de pandemia”, aponta a advogada Priscila Moregola, vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.
	Notícia - Crescem os números de violência doméstica no Brasil durante o período de quarentena , disponibilizada 29.04.2020	Os registros de violência doméstica têm aumentado no Brasil durante o período de confinamento causado pela pandemia do coronavírus. De acordo com a pesquisa “Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nas redes sociais, as brigas de casais aumentaram 431% entre fevereiro e abril. O estudo foi divulgado no dia 20 de abril.

	<p>Notícia - IBDFAM requer ao CNJ procedimento de alteração de registro civil de óbito em caso de “suspeita da Covid-19” após resultado de teste, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM fez requerimento, junto ao ministro Humberto Martins, corregedor-nacional de Justiça, no sentido de que seja regulamentado, nos termos do artigo 102 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça – RICNJ, procedimento de alteração do registro civil de óbito em face da pandemia do coronavírus. Em alguns casos, tem constado como causa da morte “suspeita da Covid-19” diante da pendência do resultado do teste que confirme ou não a doença.</p>
	<p>Notícia - Testamentos crescem por conta da pandemia do coronavírus; especialistas comentam, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O interesse pela formulação de testamentos e outras formas de planejamento sucessório cresceu desde o início da pandemia do coronavírus. Contudo, ainda que alguns cartórios sigam funcionando durante a quarentena, em regime de plantão e horário reduzido, o período impõe uma série de impedimentos às formalidades do processo.</p>
<p>CONJUR</p>	<p>Notícia - Cartórios passam a fazer em São Paulo atos notariais por videoconferência, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo publicou o provimento 12/2020, que dispõe sobre a realização de atos notariais à distância com vistas ao enfrentamento do estado de calamidade decorrente do coronavírus (Covid-19).</p> <p>Com isso, será possível comprar, doar e vender imóveis urbanos e rurais em São Paulo por meio de videoconferência pelos cartórios de notas paulistas. A norma, que também permite a realização de procurações públicas, como as de fins previdenciários para recebimento de pensão do INSS, divórcios, inventários e atas notariais, vale a partir desta quarta-feira (29/03) e abrange todos os imóveis e cidadãos localizados no Estado.</p>
	<p>Notícia - Juiz desobriga cidadão de usar máscara facial nas ruas de Santos, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Não cabe ao Poder Judiciário a função de mero assistente-de-pedra das ações implementadas pela administração pública no combate à epidemia do coronavírus, como se as medidas adotadas pelo administrador fossem assemelhadas a dogmas de fé, emanadas de <i>sactum sanctorum</i>, intangível pelos órgãos da Justiça.</p> <p>Com esse entendimento, o juiz Márcio Kammer de Lima, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos, concedeu liminar para autorizar que um cidadão não seja obrigado a usar máscara facial ao se deslocar pelas ruas da cidade. Um decreto municipal tornou obrigatório o uso da máscara pelos moradores de Santos.</p>

<p>Notícia - Entes da federação devem adotar ações coordenadas para combater Covid-19, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, negou seguimento ao pedido do governo do Rio Grande do Norte para determinar restrições de horário de funcionamento a um estabelecimento comercial durante a epidemia, prevista em decreto expedido pelo Estado.</p> <p>Para Dias Toffoli, "no caso em análise, não poderia o Estado impor tal restrição à abertura de empresas às quais a legislação federal autorizou o funcionamento, sem restrições de horário, notadamente quando o faz ao desamparo de qualquer estudo técnico a embasá-lo".</p>
<p>Notícia - TJ-SP suspende reintegração de posse em razão da epidemia de Covid-19, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>A efetivação da reintegração de posse nesse momento de epidemia coloca em risco a saúde de diversos profissionais envolvidos no cumprimento da ordem, e inclusive dos próprios ocupantes, indo na contramão dos objetivos traçados pelas autoridades de saúde.</p>
<p>Notícia - Juiz suspende pagamento de dívidas da cidade de São Paulo com a União, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O juiz federal Marcos José Brito Ribeiro acatou pedido de tutela de urgência ajuizado pelo município de São Paulo para suspender a exigibilidade da dívida da cidade com a União.</p>
<p>Notícia - Corregedor-geral reforça retomada da atividade jurisdicional na Justiça do Trabalho, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, se reuniu com presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho para alinhar questões relativas ao Ato GCGJT 11/2020, que regulamenta os prazos processuais de atos que demandem atividades presenciais. O ministro destacou a importância da retomada da atividade jurisdicional no contexto da pandemia do coronavírus.</p>
<p>Notícia - Portaria regulamenta julgamento por videoconferência no Carf, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Foi publicada nesta quarta-feira (29/4) portaria que regulamenta reunião de julgamento não presencial por videoconferência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A Portaria 10.786/2020 foi publicada no Diário Oficial da União e entra em vigor no próximo dia 4 de maio.</p>

	<p>Notícia - Prazos processuais voltam a fluir no STJ na próxima segunda-feira, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O Superior Tribunal de Justiça publicou nesta quarta-feira (29/4) a Resolução STJ/GP 10, estabelecendo que os prazos processuais voltam a fluir a partir da próxima segunda-feira, dia 4 de maio.</p>
	<p>Notícia - Governo renova portaria impedindo entrada de estrangeiros no Brasil, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O governo federal editou nesta terça-feira (28/4) a Portaria Interministerial 203, que renova a proibição da entrada de estrangeiros no país, independentemente de sua nacionalidade.</p>
	<p>Notícia - TJ-SP regulamenta teleaudiências com adolescentes infratores durante epidemia, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Tendo em vista as restrições de acesso de pessoas aos prédios dos fóruns durante a epidemia da Covid-19, bem como a decorrente realização de audiências virtuais, a Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo publicou um novo comunicado com orientações sobre audiências envolvendo adolescentes infratores.</p>
	<p>Notícia - Toffoli afasta pedido para bloquear oferta de hospedagem em plataformas digitais, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Por não vislumbrar grave lesão à ordem pública, como alegado pela administração municipal, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, negou seguimento ao pedido do município de Paraty (RJ) para bloquear ofertas de hospedagem das plataformas digitais Airbnb e Booking durante a epidemia da Covid-19.</p>
Migalhas	<p>Notícia - Companhia aérea não deve restituir de imediato passagem cancelada durante pandemia, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Companhia aérea não deve restituir de imediato valor de passagem aérea cancelada durante a pandemia do coronavírus. Decisão do juiz de Direito Aluísio Moreira Bueno, da 2ª vara do JEC de Santana/SP, ao julgar improcedente pedido de consumidor, entendeu que a restituição só deve ser imediata se o autor aceitar sua conversão em crédito com prazo de 12 meses, contado da data do voo contratado.</p>

<p>Notícia - Médica pertencente a grupo de risco da covid-19 é afastada de contato com pacientes, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>Para desembargador do TJ/PE, submeter profissional ao contato direto com pacientes significa impor a ela a assunção de um grau de risco muito superior ao da sociedade como um todo.</p>
<p>Notícia - Shopping não poderá cobrar aluguel mínimo e fundo de promoção de loja durante pandemia, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>Loja de shopping que está impossibilitada de exercer atividades poderá se isentar de aluguel mínimo e fundo de promoção a durante pandemia do coronavírus. Decisão é do juiz de Direito Pedro Camara Raposo Lopes, da 33ª vara Cível de Belo Horizonte/MG: “fatores absolutamente imprevisíveis e de consequências imensuráveis”.</p>
<p>Notícia - Justiça de SC autoriza assembleia geral de credores virtual, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>Ao decidir, o juiz pontuou que entende a preocupação do administrador sobre eventuais dificuldades na realização da assembleia e que os credores devem buscar meios para conseguir comparecer.</p>
<p>Notícia - OAB/RS pede que CNJ dê autonomia aos tribunais para restabelecerem expediente, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>O pedido visa alterar artigo da resolução 314/20 para que cada tribunal proceda de acordo com a sua região durante a pandemia.</p>
<p>Notícia - Município do Pará não pode bloquear rodovias, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>A prefeitura de Baião/PA não poderá mais impedir a livre circulação de pessoas e veículos oriundos do município vizinho. A determinação consta na liminar expedida pelo juiz de Direito Daniel Bezerra Montenegro Girão, da vara de Mocajuba/PA.</p>
<p>Notícia - STF: Suspensão trecho da MP 927 que não considera coronavírus como doença ocupacional, disponibilizada 29.04.2020</p>		<p>Por maioria, os ministros mantiveram a validade dos principais pontos da referida medida, mas suspenderam o art. 29 - que estabelece que o coronavírus não é doença ocupacional - e o art. 31 - que flexibiliza a atuação dos auditores fiscais do trabalho.</p>

	<p>Notícia - TJ/SP permite apreensão de veículo durante pandemia, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Para desembargador, a apreensão do veículo irá contribuir no cumprimento de medidas de isolamento social.</p>
	<p>Notícia - Empresa poderá postergar pagamento de IRPJ e CSLL de março, abril e maio, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>O juiz Federal Marcelo da Fonseca Guerreiro, da 30ª vara do RJ, deferiu liminar em favor de uma empresa de tecnologia para garantir o diferimento do prazo para recolhimento do IRPJ e do CSLL de março, abril e maio de 2020, e dos vencimentos dos parcelamentos fiscais em curso por 90 dias, contados a partir de cada vencimento.</p>
	<p>Notícia - Escritório de advocacia terá desconto de 20% no aluguel durante pandemia, disponibilizada 29.04.2020</p>	<p>Um escritório de advocacia conseguiu reduzir temporariamente o valor do aluguel em 20%, em razão da crise econômica decorrente do coronavírus. A liminar é do juiz de Direito Mario Sergio Leite, da 2ª vara Cível de Osasco/SP.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados